



GRUPO DE TRABALHO 1 - A produção das mobilidades: redes, espacialidades e trajectos num mundo em globalização

Do espaço abstracto ao espaço compósito: reflectindo sobre a tensão entre mobilidades e 'espacialidades'

CARMO, Renato Miguel do

Doutoramento em sociologia

CIES-ISCTE

renato.carmo@iscte.pt

Resumo

Esta comunicação pretende reflectir sobre o modo como a questão espacial tem sido abordada pelas ciências sociais, mais particularmente, pela sociologia. Tendo por base uma série de estudos empíricos e teóricos que temos vindo a desenvolver, tentaremos desmontar algumas das concepções que perspectivam a produção social do espaço a partir de sistemas analíticos demasiadamente abstractos e hierarquizados em segmentos escalares (por ex.: do local ao global).

Para tal, avançamos com uma proposta analítica que enquadra o espaço social não como um mera composição a diferentes escalas, mas como um campo de tensões no qual os vários segmentos que o constituem tanto se colidem, como se associam. Uma dessas tensões é precisamente a que resulta do confronto entre os diferentes tipos de mobilidade e a incessante construção de 'novas' espacialidades.

Palavras-chave: mobilidades, espaço social, escalas, assimetria





1. INTRODUÇÃO

Será possível uma sociedade organizada sem os seus lugares? Ou, dito de outro modo, poderá a vida social destituir-se completamente da pertença a determinados espaços? Estas perguntas parecem ser, à primeira vista, absurdas. Como se as pessoas pudessem viver em espaços indiferenciados e totalmente transparentes. De facto, é difícil imaginarmos uma sociedade onde os indivíduos percam qualquer capacidade de ocultação ou de desocultação no enredo das suas relações sociais. 'Estar aqui', dentro de uma sala, é necessariamente diferente de 'estar ali' do outro lado. Não só pela distância física que isso representa, mas pelo facto de quem 'está lá' encontrar-se impedido de ter uma percepção definida sobre o que se passa do lado de cá. Por sua vez, quem está na sala não só tem acesso a um diferente cenário como interage com outros indivíduos que comungam entre si o mesmo espaço.

Contudo, as interacções não se desenvolvem uniformemente entre todos os presentes no mesmo contexto espacio-temporal. Como bem estudou Erving Goffman (1985), as interacções sociais para além de se desenrolarem diferentemente no e, em função, do espaço, têm a capacidade de produzir incessantemente novas configurações no interior das quais os actores sociais se prendem ou se desprendem de determinados papéis sociais. Se na sala imaginária, de que estamos a falar, decorresse uma aula, não teríamos grande dificuldade em descortinar de entre uma vintena de indivíduos quem seria o professor. Uma observação mais pormenorizada revelar-nos-ia, provavelmente, quais são os alunos pior comportados e quais os mais atinados. Se empreendêssemos uma etnografia prolongada sobre a mesma sala de aula, descodificaríamos o conteúdo e o sentido das diversas afinidades 'intra' e 'inter-grupais'. A sala revelaria um sem número de 'hiatos' relacionais entre colegas: de pequenos e grandes conflitos, de intrigas e 'joguinhos'... mas, também, nos desocultaria muitas afinidades e cumplicidades. Ao longo do tempo perceberíamos que a sala podia ser quase tudo menos um espaço indiferenciado e predominantemente neutral.

A sala de aula é aqui usada como uma metáfora, sempre útil, que nos ajuda a ilustrar a importância atribuída ao contexto espacial, como um elemento a ter em conta no modo como as sociedades se organizam. Simboliza uma espécie de último reduto que condensa, num pequeno perímetro, toda a complexidade imanente às interacções inter-individuais. Felizmente, ainda existem as salas de aula!

Mas, se na escola a vivência do espaço está presa ao tempo rígido do horário, 'cá fora', na cidade, o tempo tornou-se tão flexível e tão rápido que parece ter reduzido o espaço à sua efemeridade. Na verdade, foi isso o que nos anunciaram alguns dos mais célebres textos da pós-modernidade (Augé, 1994; Bauman, 2000; Harvey, 1990; Lash e Urry, 1994; Featherstone, 1997). Segundo estes, o espaço tende a comprimir-se e a esvaziar-se nas sociedades contemporâneas sendo gradualmente substituído por emaranhados de fluxos e de interfaces electrónicos. O espaço pode assim esfumar-se no tempo fugaz do simples clicar de um botão ou de uma qualquer tecla de computador. A velocidade anulou a experiência concreta do lugar, que tradicionalmente ancorava o conteúdo das interacções sociais.

Este texto pretende questionar esta versão sobre a vida do e nos lugares. Do nosso ponto de vista, estes não perderam a sua importância perante a onda avassaladora, qual *tsunami* (!), da tão proclamada globalização. Pelo contrário, parece que persistem para além da mera resistência ao ímpeto globalizante. Por que será?



2. DE PERDIDOS A ACHADOS

Tive ocasião de referir noutro texto que ao longo de mais de um século de estudos sociológicos sobre cidade se construiu uma espécie de *metanarrativa* prevendo a recorrente morte dos lugares (Carmo, 2008). Não irei, por isso, retomar essa argumentação, retenho apenas a ideia de que com o fenómeno da globalização, alicerçado na revolução tecnológica e das comunicações electrónicas, parecia que essa morte seria decisiva e irreversível. A noção de que o espaço-tempo hiper-comprimido iria tomar conta de todas as formas de relacionamento social, resultando daí uma fragmentação dos laços sociais que se reflectiria na erosão dos lugares, foi pronunciado como sendo uma inevitabilidade. O aumento exponencial da velocidade dos fluxos e da mobilidade espacial condicionaria de tal modo o movimento e a direcção dos trajectos das pessoas, que estas perderiam qualquer tipo de vínculo aos lugares (sejam eles identitários ou meramente relacionais).

No entanto, no dealbar desta primeira década do século XXI, reemergem sinais interessantes que, em parte, contradizem a suposta linearidade de uma tendência que era dada como adquirida. A compressão do espaço-tempo materializada, entre outros factores, na intensificação da circulação e da mobilidade e na suposta instantaneidade das relações sociais, não significou o desaparecimento dos lugares enquanto espaços de proximidade social. Ou, dito de outro modo, o surgimento e a generalização dos lugares de passagem que, em certo sentido, representam entrepostos de circulação entre os inúmeros trajectos de mobilidade global (aeroportos, estações de comboio, auto-estradas, etc.) – denominados paradoxalmente por *não-lugares* (Augé, 1994) - não substituíram, nem se impuseram hegemonicamente à forma espacial e ao conteúdo social dos *lugares-lugares*.

Este facto deve-se à própria natureza dos não-lugares que em certo sentido não incorporam uma negação tão radical, como inicialmente se imaginava, face à vivência localizada no seio de determinado espaço: por mais global que este possa ser, acaba sempre por propiciar, com maior ou menor incidência, a apropriação particular de um dado contexto socioespacial por parte de indivíduos ou grupos que nele vivem diariamente. A este respeito, o estudo de Tim Cresswell (2006) sobre a mobilidade espacial no mundo ocidental é verdadeiramente revelador relativamente à insustentabilidade do conceito de não-lugar. Num dos capítulos do seu mais recente livro, o autor realiza uma análise sobre a história e a vida social que decorre no interior de um aeroporto particular: Schiphol, em Amesterdão. Ao 'historicizar' aquele espaço, Cresswell constrói uma visão contextualizada do *aeroporto*, espaço que normalmente é usado como metáfora representativa dessas plataformas globais (os tais 'nós' das redes), constituídas por intensos e infindáveis trajectos de circulação internacional.

Segundo o estudo, Schiphol, para além de um espaço aglutinador de fluxos, é também um lugar como todos os outros. Nele vivem actores reais que marcam aquele território com as suas vivências locais, os seus problemas e dilemas, expressos em multifacetados enredos de interacção. Cresswell apresenta-nos personagens concretas - os sem-abrigo ou os taxistas - que transportam para aquele sítio as suas histórias particulares.

Schiphol, um dos maiores aeroportos do mundo, não se faz apenas de trajectos globais, outros trajectos (relações e rotinas) se apropriam daquele cenário altamente elaborado, usurpando, deste modo, a função primeira para o qual este foi arquitectado. Por intermédio deste estudo, é possível comprovar quão débeis são as metáforas que tendem a desenraizar o espaço dos seus lugares concretos. Um aeroporto, tal como outro lugar (por exemplo, uma sala de aula), não deve ser entendido como uma mera abstracção que levita acima da vida de todos os dias. Também um aeroporto nos revela diferentes contextos de apropriação de um espaço que não é assim tão neutral e uniforme como possa parecer à partida.

Na verdade, e na sequência do que afirma o próprio Cresswell (2006), o uso recorrente de metáforas que pretendem desvelar a natureza de determinadas composições espaciais, facilmente se transformam em 'abusos' analíticos: da sua excessiva generalização pode resultar o encobrimento e a



ocultação de outras disposições (por vezes, contraditórias) que também atribuem significado ao próprio espaço.

Esta reacção de alguns autores, de entre os quais me incluo, contra o anúncio prematuro da morte dos lugares, não significa um posicionamento essencialmente conservador que teima em reconhecer as mudanças globais do mundo e a forma como estas afectam, sobremaneira, os contextos de proximidade vivencial. Na verdade, não entendo os lugares como meros reservatórios de resistência em relação às forças (económicas, sociais e culturais) que emanam da globalização. O discurso da resistência que, até certo ponto, se virou para os lugares como a última fortaleza que encerra, simultaneamente, a autenticidade (identitária e relacional) e o tempo longo - que perdura para além do instantâneo e do domínio do *fast* - foi-se constituindo ora como um contraponto, ora como um complemento à perspectiva que proclamou o fim dos lugares.

Todavia, considero que entre o anúncio da morte ou da sua resistência é possível conceber uma outra interpretação que tende a encarar o espaço social como algo mais complexo passível de ultrapassar o vicioso destino dos lugares, que ora perecem ora teimam em permanecer. Na verdade, como tive oportunidade de referir noutro sítio (Carmo, 2008), com a globalização os lugares tendem a ultrapassar largamente o perímetro em se que circunscreve (e se inscreve) a sua materialidade. E, neste sentido, estes são constitutivos da própria globalização.

3. AS MÚLTIPLAS ESCALAS DO ESPAÇO

Uma das repercussões desta metanarrativa dos lugares perdidos no seio das ciências sociais, particularmente na sociologia, foi a submissão da categoria *espaço* a uma lógica de análise binária, essencialmente abstracta e, com tal, exígua de materialidade. Recorrentemente lidamos com dualidades conceptuais e analíticas que compartimentam o espaço em oposições tendencialmente exclusivistas: local e global, centro e periferia; lugar e não-lugar, etc. O carácter dicotómico veiculado pelas abordagens sociológicas simplificou excessivamente a composição socioespacial das sociedades, particularmente no modo como se construíram as visões da cidade (Carmo, 2006).

Segundo H. Lefebvre (1974), o espaço abstracto é necessariamente formatador pelo facto de impor uma dada forma à realidade através de uma geometria de cariz bidimensional. Ora, a vida social, a do quotidiano, mas também, a dos eventos únicos e irrepetíveis, não se compadece com arrumações predefinidas passíveis de se encaixarem ou em '1' ou em '0'. O espaço vivido é multidimensional e a sua orgânica dificilmente se restringe a uma dicotomia ou a uma hierarquização linear.

Na verdade, para além de se incidir numa relação antagónica entre pólos, as concepções espaciais impelem, em muitos casos, para uma dada visão hierárquica entre unidades distintas de espaço regidas a partir de uma mesma escala linear: por ex., o local, o regional, o nacional e o global. Como se a realidade se pudesse partir em fatias distintas que se sobrepõem cumulativamente do mais pequeno ao maior, ou do mais baixo ao mais alto.

Com a intensificação dos modos de circulação globais e o conseqüente aumento exponencial das mobilidades, o espaço social desarrumou-se de tal ordem que dificilmente se rege segundo um encadeamento linear de escalas sobrepostas ou por intermédio de polarizações estanques. Isso não significa que as escalas tenham perdido o seu significado e a sua pertinência analítica na desocultação de determinadas dimensões da vida social, que se escondem (ou se ofuscam) por debaixo dos múltiplos circuitos (sejam eles electrónicos ou de simples deslocação).

Qualquer lugar por mais exíguo que seja remete necessariamente para um conjunto diferenciado de escalas que extrapolam a sua própria fronteira física. Por exemplo, as interacções e as relações que se desenvolvem na aula não se esgotam no recinto da sala, pelo contrário, estas propagam-se e emaranham-



se por inúmeros contextos ultrapassando, desse modo, o perímetro do espaço escolar. Só por intermédio da noção de escala poderemos atribuir um significado decifrável a essas diversas direcções.

O mesmo sucede em relação ao lugar *aeroporto*, sem uma ideia de escala dificilmente conseguiremos destrinçar os diversos modos de apropriação que se desenrolam nesse espaço concreto: o trajecto do sem-abrigo é muito diferente daquele que é realizado pelo turista - embora episodicamente estes se possam cruzar num dado ponto do aeroporto. O primeiro deambula à procura de restos de comida ou de um recanto para repousar, para este o aeroporto é um sítio para ficar... uma porta de entrada. Em contrapartida, o turista circula procurando uma porta de saída ou para o *check in*, que o levará ao embarque do avião, ou para fora, ao encontro da cidade de chegada. O cruzamento de diferentes escalas expressas nomeadamente nos trajectos de mobilidade entre portas que se abrem ou se fecham, produzem-se no seio de lugares concretos. Neste sentido, é lícito afirmar que com a intensificação da mobilidade os lugares ganharam múltiplas escalas que ora se interligam ora colidem entre si.

No entanto, não deixa de ser sintomático verificar-se que uma das reacções e das respostas ao carácter abstracto do espaço enquanto dimensão analítica passe precisamente pelo questionamento do uso das escalas, de tal maneira que se propõe quase por completo a sua erradicação para o estudo dos fenómenos globais. Esta proposta tem sido veiculada por duas visões que partem de pressupostos opostos mas coincidem no mesmo resultado: as limitações do pensamento escalar.

Assim, por um lado, generalizou-se uma certa visão que idealiza a globalização como um espaço (de cariz económico-financeiro) tendencialmente homogéneo e contínuo... dentro do qual foram abolidas todas as portas. Esta tese é bastante questionável tendo em conta o que foi referido anteriormente. Não me parece que a globalização tenha destruído todas as escalas e transformado o mundo numa tábua rasa (de um só plano) pela qual discorrem uniformemente uma infinidade de fluxos. Esta metáfora poderosa - a do mundo como planura - tornou-se uma espécie de emblema, usado e abusado pelo discurso neo-liberal que urge questionar e rebater¹.

Por outro lado, outros autores têm vindo a propor, no contexto das ciências sociais (Isin, 2007; Marston *et al.*, 2005), uma perspectiva radical contra as análises de tipo escalar, argumentado que estas são intrinsecamente perversas na medida em que geram interpretações abstractas e rigidamente hierarquizadas. O pensamento escalar impõe um determinado molde uniforme ao estudo do espaço vivido que, segundo estes, é naturalmente diverso.

Embora considere estes últimos contributos bastante pertinentes para uma certa reflexão epistemológica no interior das ciências sociais, entendo que a simples abolição da escala, enquanto categoria analítica, não torna, por si só, o espaço menos abstracto e mais próximo do concreto. Imergir no mundo concebido à partida como algo disforme (composto simultaneamente por diferentes formas), sem perspectivar - mesmo que provisoriamente - uma diferenciação entre estas, não é, a meu ver, o caminho mais acertado para se descortinar os múltiplos sentidos que condicionam a apropriação dos lugares.

A estipulação de um espaço abstracto resulta, segundo a concepção de Lefebvre, do uso linear e unidimensional (ou bidimensional) das escalas. Por isso, entendo que a sua anulação não resolve o problema, ou dito de outro modo, não é por se transformar o mundo num plano destituído de lugares que se constrói uma noção mais concreta do espaço vivido. Por sua vez, também não é por intermédio da redução do mundo a um aglomerado fragmentado de lugares que se alcança uma perspectiva mais pluridimensional e próxima da realidade.

Pelo que já foi referido neste texto, é possível, ao invés, contrapor uma outra concepção que representa os lugares como sítios de 'enrugamento', isto é, espaços aglutinadores de escalas cuja composição interfere no escoamento e na suposta linearidade dos circuitos globais. Ou seja, um espaço *compósito* onde as escalas, em vez de se sobreporem hierarquicamente, colidem entre si de modo a capultarem diferentes significados a partir de dinâmicas consideradas contraditórias ou até antagónicas.



Como se tratasse de um campo de forças gerador de tensões que podem resultar em oposições irreduzíveis, mas também em associações e ligações.

4. ESPAÇO COMPÓSITO: ESBOÇO DE UMA PERSPECTIVA

Estudar o espaço social como um campo de forças é a proposta teórica deste texto. No âmbito da presente comunicação este propósito ainda é aqui apresentado como um mero esboço preliminar que a prazo, assim esperamos, poderá evoluir para algo mais consolidado. De qualquer modo, parece-me pertinente discorrer sinteticamente sobre três polaridades geradoras de tensão entre processos diferenciados que, de certa maneira, se confrontam. Estas (as polaridades) têm por base um conjunto heterogêneo de mecanismos, e como tal não deverão ser 'encaixotadas' em dualidades tipológicas relativamente fixas e estanques.

Mobilidades / espacialidades

Como vimos, o incremento e a intensificação da mobilidade provoca uma desarrumação orgânica que nos leva a configurar o espaço social, não como um plano indiferenciado incólume à passagem vertiginosa dos fluxos, mas como uma espécie de cordilheira acidentada que interfere e sofre constantes interferências resultantes da interacção entre um sem número de movimentos e de deambulações espaciais. Num certo sentido, pode dizer-se que as mobilidades geram novas espacialidades e que estas, por seu turno, enformam e redireccionam os circuitos (globais, locais...).

Dinâmicas / assimetrias

As dinâmicas espaciais não são lineares e muito menos as poderemos considerar uniformes. O espaço é produzido por intermédio de um enrodilhado de interacções e de relações sociais que sobre a morfologia (ou se quisermos, sobre o espaço físico) constroem distintas configurações sociais que, no essencial, foram muito bem caracterizadas pelo *interccionismo simbólico*, designadamente pelos estudos de Goffman.

Contudo, a espacialidade também produz e é produzida por assimetrias, algumas delas bem inscritas no tecido urbano. A mais óbvia é a da cidade estratificada, entre os bairros (por vezes autênticos condomínios) apropriados pelos ricos e os bairros pobres vividos por populações em situações de exclusão ou de marginalidade social (Bauman, 2006; Castells, 2000). Mas para fora das cidades, para além da malha suburbana, também se produzem profundas assimetrias: as aldeias que se despovoam e envelhecem em contraposição as espaços urbanos que se densificam e se modernizam (Carmo, 2007).

Ao se contraporem estes e outros lugares, dificilmente nos podemos deixar convencer sobre a planura do mundo. O mundo é, sem dúvida, muito mais enrugado do que certas visões nos querem fazer entender e, por este motivo, não faz muito sentido perspectivá-lo a partir de uma única escala.

Despolitização / politização

A abolição das escalas no estudo da composição socioespacial das sociedades poderá ter como efeito perverso uma efectiva despolitização dos lugares (Harriss *et al.*, 2004). Esta normalmente vaticina dois tipos de consequências (destinos?): ou os lugares estão entregues e presos aos limites da sua geografia local (o caso das aldeias e das pequenas cidades de província mas, simultaneamente, dos bairros



pobres das grandes metrópoles); ou, então, libertam-se de todas as amarras e vagueiam poderosamente pelo universo dos fluxos electrónicos e informacionais (por ex.: os centros financeiros das grandes cidades, os grandes entrepostos de transporte como os aeroportos, etc.).

Entendo que uma outra política é possível para os lugares. Uma política que a partir das suas especificidades contextuais (ou, dito de outro modo, a partir das suas formas concretas de enrugamento), permita uma série de projecções multi-escalares em tensão capazes de propiciar novos rumos às geografias locais. Não se trata de anunciar uma espécie de utopia emancipadora para os lugares esquecidos e relegados pela globalização, trata-se, em contrapartida, de empreender numa perspectiva (sociológica?) que inscreva nos lugares as múltiplas dimensões que os constituem, ou seja, que inscreva os lugares como agentes produzidos e produtores da própria globalização.

5. EM JEITO DE BREVE CONCLUSÃO...

Este texto representa um pequeno contributo teórico, ainda muito incompleto e em fase embrionária, sobre um conjunto de temáticas que tenho abordado em diversos estudos e trabalhos científicos, e que giram em torno dos diferentes modos de organização do espaço social. As várias propostas que são veiculadas na parte final da comunicação são apresentadas como linhas de reflexão que poderão (deverão!) ser aprofundadas num debate mais alargado.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AUGÉ, Marc (1994), *Não Lugares. Introdução a uma Antropologia da Sobremodernidade*, Lisboa, Bertrand Editora.

BAUMAN, Zygmunt (2006), *Confiança e Medo na Cidade*, Lisboa, Relógio D'Água.

BAUMAN, Zygmunt (2000), *Modernidade Líquida*, Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor.

CRESSWELL, Tim (2006), *On the Move. Mobility in the Modern Western World*, London, Routledge.

CARMO, Renato Miguel do (2008), «Deambulando pelos duplos da cidade: do estrangeiro ao construtor de lugares», Renato Miguel do Carmo, Daniel Melo e Ruy Llera Blanes (coord.), *A Globalização no Divã*, Lisboa, Tinta-da-China.

CARMO, Renato Miguel do (2007), *De Aldeia a Subúrbio. Trinta Anos de uma Comunidade Alentejana*, Lisboa, *Imprensa de Ciências Sociais*.

CARMO, Renato Miguel do (2006), *Contributos para uma Sociologia do Espaço-Tempo*, Oeiras, Celta Editora.

CASTELLS, Manuel (2000), *The Rise of the Network Society*, 2ª ed., Oxford, Blackwell.

FEATHERSTONE, Mike (1997), «Culturas Globais e Culturas Locais», Carlos Fortuna (org), *Cidade, Cultura e Globalização*, Oeiras, Celta Editora.

FRIEDMAN, Thomas L. (2005), *O Mundo é Plano. Uma História Breve do Século XXI*, Coimbra, Almedina.

GIDDENS, Anthony (1989), *A Constituição da Sociedade*, São Paulo, Martins Fontes.

GOFFMAN, Erving (1985), *A Representação do Eu na Vida Quotidiana*, 4ª ed., Petrópolis, Vozes.

HARVEY, David, (1990), *The Condition of Postmodernity*, Oxford, Blackwell Publishers.



HARRISS, John, STOKKE, Kristian e TÖRNQUIST, Olle (2004), «Introduction: new local politics of democratisation», John Harriss *et al.* (ed.), *Politicising Democracy. The New Local Politics of Democratisation*, Hampshire, Palgrave Macmillan.

ISIN, Engin F. (2007), City-State: critique of scalar thought, *Citizenship Studies*, 11, 2: 211-228.

LASH, Scott, e URRY, John (1994), *Economies of Signs and Space*, London, Sage Publications.

LEFEBVRE, Henri (1974), *La Production de l'Espace*, Paris, Éditions Anthropos.

MARSTON, Salie A. *et al.* (2005), Human geography without scale, *Transactions of the Institute of British Geographers NS*, 30: 416-432.

MERRIFIELD, Andrew (1993), Place and space: a Lefebvrian reconciliation, *Transactions of the Institute of British Geographers NS*, 18, 4: 516-531.

ⁱ A obra mais representativa e divulgada desta perspectiva talvez seja o livro de Thomas L. Friedman (2005).